

BC estuda Pix sem internet e internacional

Iniciativas aparecem no Relatório de Gestão do Pix 2023-2025, divulgado pelo Banco Central na última semana

/ SISTEMA FINANCEIRO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Após anos se consolidando como uma das principais formas de pagamento dos brasileiros, o Pix já começa a avançar para uma nova etapa. O Banco Central (BC) estuda ampliar o sistema para permitir a iniciação de pagamentos por aproximação sem conexão à internet e utilizar fluxos futuros de recebimentos via Pix como garantia em operações de crédito.

As iniciativas aparecem no Relatório de Gestão do Pix 2023-2025, divulgado pelo BC na semana passada. O documento reúne projetos em diferentes estágios, desde medidas em implementação e desenvolvimento até frentes ainda em estudo e direções de longo prazo. Por isso, não há cronograma de lançamento para todas as funcionalidades.

A nova agenda ocorre em um momento no qual o Pix já alcançou escala relevante. Em 2025, foram quase 80 bilhões de transações, alta de 25,7% em relação ao ano anterior, enquanto o valor movimentado cresceu 33,8% e ultrapassou R\$ 35 trilhões. No Brasil, há mais de 920 milhões de chaves registradas.

Para o professor de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Ricardo Teixeira, a evolução confirma uma transformação que já era esperada desde a criação da ferramenta. “Hoje, temos uma facilidade e uma instantaneidade de pagamento fora de série. Se pensarmos em quatro ou cinco anos atrás, dificilmente imaginávamos que isso seria possível com a segurança e a velocidade que temos hoje”, afirma.

Uma das mudanças mais perceptíveis para o consumidor está relacionada ao já implementado Pix por aproximação. O BC avalia um modelo no qual o pagador possa iniciar a transação mesmo sem conexão à internet. A intenção é permitir o uso de qualquer dispositivo com tecnologia NFC, incluindo celulares, cartões de plástico, tags, relógios e pulseiras. O relatório menciona ainda a possibilidade futura de soluções com cartões com chip.

Atualmente, o usuário pode aproximar o celular de uma maquininha compatível, conferir os dados e confirmar o pagamento por biometria ou senha. O aplicativo então envia a ordem, o dinheiro é debitado e chega ao recebedor em segundos.

A diferença da solução estudada está justamente em reduzir a dependência da conectividade do pagador e ampliar os dispositivos utilizados. Segundo o professor Jéferson Campos Nobre, do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio

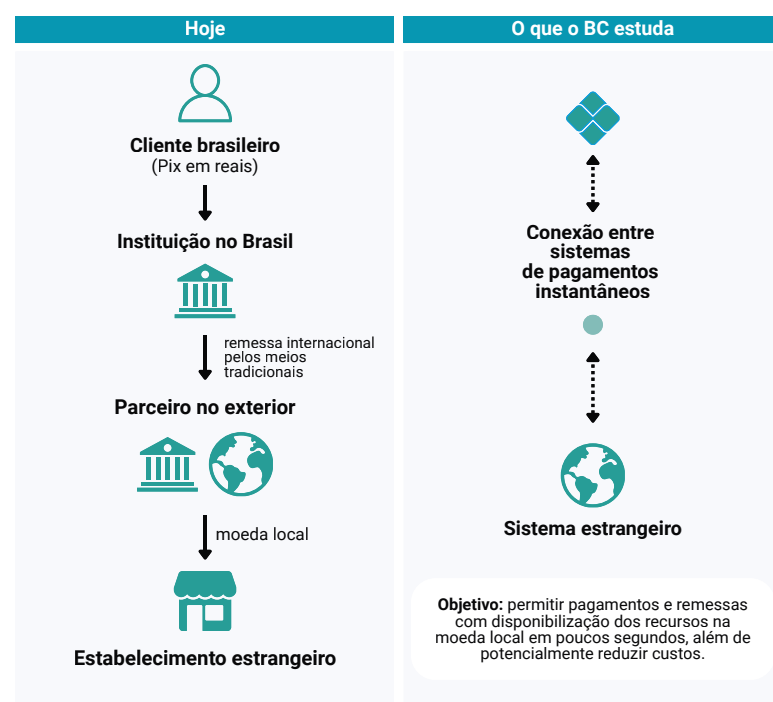
Grande do Sul (Ufrgs), especialista em cibersegurança, o funcionamento tende a se aproximar do modelo utilizado atualmente pelos cartões de débito.

“Com o Pix sem internet, funcionando de maneira muito semelhante a um cartão de débito por aproximação, certamente haverá um aumento do grau de competitividade do sistema”, projeta. Segundo Nobre, os riscos relacionados ao uso de relógios, cartões ou outros dispositivos também seriam semelhantes aos existentes atualmente no pagamento por aproximação, exigindo mecanismos de autenticação para casos de perda ou roubo.

A modalidade ainda representa uma parcela pequena das operações. Em dezembro de 2025, foram cerca de 1,22 milhão de transações por aproximação, movimentando R\$ 57,6 milhões. No mesmo mês, o Pix como um todo registrou 7,8 bilhões de operações e R\$ 3,7 trilhões movimentados.

O próprio BC aponta obstáculos à expansão da aproximação, como desconhecimento por consumidores e comerciantes, baixa oferta nos aplicativos das instituições e as limitações existentes em 2025 para determinados sistemas e carteiras digitais. Para Ricardo Teixeira, a expansão de ferramentas de pagamento deve vir acompanhada de educação financeira, sobretudo quando houver crédito associado às operações.

Pix poderá se conectar a sistemas de outros países



Pix sem internet e muito além do celular



Recebimentos futuros como garantia de crédito

A agenda do Banco Central também aproxima o Pix do mercado de crédito. Uma das soluções em desenvolvimento permitirá utilizar fluxos futuros de recebimentos via Pix como garantia em operações financeiras.

A expectativa do BC é que a medida melhore a qualidade das garantias oferecidas às instituições e contribua para reduzir o custo do crédito, especialmente para empresas que recebem parte significativa de suas receitas pelo Pix.

O potencial cresce à medida que o sistema ganha espaço entre empresas. Em 2025, o Pix chegou a 12,8 milhões de

usuários pessoa jurídica, alta de 15,8% sobre o ano anterior e equivalente a 51,4% das empresas ativas no País.

Para Teixeira, a lógica pode se aproximar daquela já existente no mercado de recebíveis. “Se você está trabalhando com boas empresas, com um histórico positivo, e existem recebíveis que podem ser entregues como garantia ao banco, a instituição financeira pode cobrar uma taxa de juros menor porque passa a ter uma segurança maior ou, pelo menos, uma expectativa mais clara de recebimento”, explica.

O professor ressalta que

as condições dependerão da avaliação de risco de cada operação. O banco deverá analisar a qualidade dos recebíveis e, a partir disso, estabelecer as taxas e condições de financiamento.

O movimento acompanha uma mudança mais ampla no perfil de utilização do Pix. Em 2020, 85% das operações eram realizadas entre pessoas físicas. Em 2025, essa parcela havia caído para 44%, enquanto os pagamentos de pessoas para empresas chegaram a 43%. Em valor, as transações entre empresas já responderam por 47% do total movimentado no ano.

Conexão direta com sistemas de outros países

Outra frente prevista é a internacionalização. O Banco Central avalia interligar o Pix aos sistemas de pagamentos instantâneos de outras jurisdições, seja por conexões bilaterais, seja pela participação em hubs multilaterais. A expectativa é permitir remessas e compras internacionais com disponibilização dos recursos em moeda local em poucos segundos, potencialmente reduzindo tarifas e aumentando a transparência das operações. Já existem hoje soluções privadas que permitem a brasileiros pagar com Pix em países como Argentina, Chile, Estados Unidos, Portugal e França. Isso, porém, não significa que a infraestrutura do Pix já seja internacional.

No modelo atual, o pagamento do brasileiro ocorre em reais para uma instituição no País. Depois, a remessa ao exterior é realizada pelos mecanismos tradicionais, pois a infraestrutura do Pix permite somente transações domésticas. A lógica também pode funcionar no sentido inverso, permitindo que estrangeiros paguem estabelecimentos brasileiros por meio de parceiros financeiros. A integração direta dos sistemas representaria, portanto, um passo além. “A tendência natural é que o Brasil exporte essa tecnologia para outros países ou, se eles já tiverem suas próprias tecnologias, que os sistemas sejam cada vez mais integrados”, analisa Teixeira.